



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM
Nº01/2025**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

19/02/2025

1 Ao décimo nono dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, deu-se início à
2 Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, de forma
3 presencial. Estavam presentes as seguintes Conselheiras: Mariela Renata Paseto (Gabinete
4 do Prefeito); Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria Municipal de Assistência Social);
5 Andrea Vieira da Silva (Secretaria Municipal de Saúde); Samira Mafioletti Macarini Frizon
6 (Delegacia da Mulher); Munique do Nascimento (Representante de Órgão Público que
7 disponha sobre a Promoção de Igualdade Racial - COPIRC); Andreia Teixeira Machado
8 (Conselho Tutelar); Jessica Soares Colere (Comissão Mulher da OAB); Natalia Bessa
9 (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma – GAPAC); Rindalta Das Graças de
10 Oliveira (União Brasileira das Mulheres – UBM); Nádia de Souza Paz (Associação
11 Feminina de Assistência Social de Criciúma) - AFASC); Lúcia Francisca Duarte de Farias
12 (Representante de Entidades que Representem interesse de Pessoa com Deficiência –
13 JUDECRI); Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI); Monica Ovinski de
14 Camargo Cortina (Núcleo de Estudo de Gênero das Universidades – UNESC) e Dirce
15 Costa Gonçalves (Representante do Movimento Negro Organizado que aborde
16 especificamente a temática de Gênero). A Presidente Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria
17 Municipal de Assistência Social) iniciou a reunião saudando e agradecendo pela presença
18 de todas as conselheiras na primeira reunião do ano. Na sequência, iniciou o assunto do
19 primeiro item de pauta, que abordava a discussão sobre a próxima eleição do Conselho. Ela
20 expressou a necessidade de que todas as representantes da sociedade civil se mobilizassem
21 para garantir uma participação ativa e representativa nesse processo. Seguindo para o
22 segundo ponto da pauta, a Presidente trouxe à tona a questão do Fluxograma. Informou que
23 o Comitê do Fluxograma havia elaborado e encaminhado um ofício em resposta ao enviado
24 pelo CMDM, ofício nº 24/2024, detalhando como estavam sendo tratadas as questões
25 relacionadas à capacitação. Para dar continuidade, a Presidente passou a palavra para a
26 conselheira Munique do Nascimento (Representante de Órgão Público que dispõe sobre a
27 Promoção de Igualdade Racial – COPIRC). Munique deu continuidade à leitura do ofício,
28 que apresentava as respostas a cada um dos itens mencionados anteriormente: Item 1: Sobre
29 os cronogramas de capacitação, as atividades estão programadas para ocorrer nos dias 26,
30 27 e 28 de março de 2025, com início às 13h30. Item 2: Em relação às temáticas que serão
31 abordadas nas capacitações, foram destacadas: o reconhecimento das violências, os serviços
32 envolvidos e orientações sobre o Fluxograma. Tais temas são fundamentais para que os
33 participantes compreendam a profundidade da questão racial e sua interseccionalidade.
34 Item 3: Quanto à condução das capacitações, os profissionais responsáveis serão os
35 técnicos do Comitê, que estiveram ativamente envolvidos na elaboração do Fluxograma,



4 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**

36 garantindo que a experiência e o conhecimento deles sejam compartilhados com os
37 participantes. Item 4: O público-alvo das capacitações inclui os profissionais que trabalham
38 diretamente com a temática da igualdade racial, assegurando que as informações cheguem a
39 quem realmente está na linha de frente das ações. Com a finalização da leitura, as
40 conselheiras debateram a respeito do ofício e, após terem suas dúvidas esclarecidas, a
41 Presidente conduziu a reunião para os assuntos a serem abordados e direcionou a fala para
42 o Sr. Volnei de Bona, Coordenador da Coordenação dos Conselhos. Ele lembrou às
43 conselheiras que o próximo mandato será não governamental e, em seguida, entregou os
44 ofícios às suas respectivas entidades, referentes à troca ou permanência das conselheiras.
45 Com a transição para o próximo tema da pauta, a Presidente se dirigiu às conselheiras,
46 destacando a situação do desligamento da conselheira Maria Rosa (União Brasileira das
47 Mulheres - UBM). Informou que, dada a ausência de informações necessárias para o envio
48 do ofício oficial à conselheira Maria Rosa, a comunicação formal foi encaminhada à
49 conselheira Rindalta das Graças de Oliveira (União Brasileira das Mulheres - UBM), que é
50 a suplente. Neste contexto, a Presidente compartilhou que recebeu uma mensagem via
51 WhatsApp da conselheira Maria Rosa, na qual ela expressou sua preocupação sobre a falta
52 de oficialização referente ao seu desligamento. A conselheira Rindalta decidiu prosseguir na
53 discussão sobre o desligamento da conselheira Maria Rosa, informou a mensagem enviada
54 pela conselheira, a qual mencionava que a Entidade União Brasileira das Mulheres – UBM
55 não se fará presente no conselho a partir do próximo biênio, explicou que a retirada é em
56 virtude da necessidade de resguardar. Quando a conselheira Rindalta foi questionada sobre
57 sua permanência no conselho, ela trouxe à tona a perspectiva que Maria Rosa havia
58 compartilhado sobre o desarticulamento de suas entidades e a necessidade de uma nova
59 abordagem, sendo essa a procura de outra entidade que defenda os direitos das mulheres, a
60 mesma informou que a formalização da resposta da Maria Rosa havia sido enviada para o
61 e-mail da Coordenação dos Conselhos. Dirigindo-se às conselheiras, a Presidente indagou
62 se elas possuíam alguma entidade em mente que pudesse substituir a UBM. Discutiram a
63 relevância de buscar outra instituição que representasse de maneira organizada o
64 movimento social e civil, enfatizando a necessidade de substituir a antiga entidade por uma
65 nova que atuasse com um foco claro, em vez de simplesmente indicar uma alternativa
66 aleatória. A Presidente destacou a importância da Rede Catarina no contexto das discussões
67 atuais. Lembrou que, caso houvesse o afastamento de Maria Rosa, a Rede estaria pronta
68 para retomar seu espaço no conselho, uma vez que já havia consolidado sua presença e
69 reconhecimento dentro da estrutura. Também mencionou o Movimento Amigas do Peito,
70 uma associação que oferece apoio e assistência a mulheres com câncer de mama,
71 expressando interesse em encontrar, no Município de Criciúma, um movimento com
72 propósitos semelhantes, voltado para o suporte e empoderamento de mulheres que
73 enfrentam essa doença. Ela expressou seu interesse em encontrar, no Município de
74 Criciúma, um movimento com propósitos semelhantes, voltado para o suporte e
75 empoderamento de mulheres que enfrentam essa doença. A busca por uma iniciativa local
76 reflete a preocupação em criar redes de apoio que possam oferecer conforto emocional e



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

prático, promovendo a solidariedade e a troca de experiências entre as mulheres. A conselheira Munique aproveitou a oportunidade para mencionar a Entidade Negra Bastiana de Criciúma, destacando a importância dessa organização na promoção da cultura e dos direitos da comunidade negra na região. Ela sugeriu que a entidade poderia ocupar uma cadeira no conselho, considerando suas articulações e boas iniciativas voltadas para a defesa e promoção de políticas públicas. Após as considerações positivas em relação à fala da conselheira Munique, a Presidente deu seguimento ao encontro realizando a leitura do Regimento Interno do Conselho, e a partir disto informou às conselheiras que haverá um fórum, após os sessenta dias da eleição do conselho, o qual será apresentado para o prefeito, a partir da constituição da diretoria será feita a convocação do fórum das entidades que compõem para a eleição de sua presidente que deverá ter um mandato de dois anos a partir da data da sua eleição. A conselheira Munique sugeriu que a Coordenação dos Conselhos realizasse uma verificação sobre quais instituições ainda estão ativas e a avaliação de suas representações, conforme estipulado no Regimento Interno, visando identificar quais entidades estão ocupando as cadeiras no conselho e se realmente representam os grupos que deveriam e enfatizou a importância de garantir a paridade. Com a vinda da Assessora de Departamento da Coordenação dos Conselhos à sala de reunião, a Presidente informou que após ter sido feito uma verificação, as conselheiras notaram que há um desequilíbrio relacionado as Entidades Governamentais e as Não Governamentais dentro do conselho, explicou que há menor número de Sociedade Civil atuando. As conselheiras solicitaram a lista de presença das entidades, com o intuito de analisar melhor as Entidades e suas divisões. A Presidente detalhou as entidades governamentais que atualmente fazem parte do Conselho, que incluem o Gabinete do Prefeito, a Secretaria de Assistência Social, a Câmara de Vereadores, a Secretaria do Sistema de Educação, a Secretaria Municipal de Saúde, a Procuradoria-Geral do Município, a Delegacia da Mulher, o COPIRC e o Conselho Tutelar, sendo a entidade que falta remetida à Rede Catarina. A conselheira Munique propôs a realização de mais uma Reunião Ordinária e sugeriu a prorrogação do mandato das atuais conselheiras por mais um mês, a fim de atender às necessidades que ainda persistem na situação. Relembrou às demais, por meio da leitura do Regimento Interno, que o número máximo de faltas permitidas às entidades é de três. No entanto, outras conselheiras complementaram afirmando que há entidades com cinco faltas. Por meio dos assuntos tratados a Presidente repassou as conselheiras quanto ao ofício que deve ser enviado à Rede Catarina, a fim de saber seu interesse em retornar ao conselho. Além disso, comunicou sobre o convite à Rede Feminina de Combate ao Câncer para participar da próxima reunião. A pedido de uma conselheira, a Presidente solicitou que as demais mulheres se apresentassem, com o objetivo de conhecer melhor aquelas que estão iniciando no conselho. Em seguida, foram apresentados as novas integrantes: Andrea Vieira da Silva (Secretaria Municipal de Saúde) e Cintia Goudinho (Procuradoria-Geral do Município). A Presidente seguiu para o próximo assunto da pauta, referente à pauta livre, passou a palavra para a conselheira Munique tirar dúvidas sobre o evento da caminhada estratégica a ser feito pelo conselho, explicou que ocorreria no mês de março na frente do Fórum, porém



8 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**

118 relembrou que há as eleições a serem feitas. Com dúvidas sobre o evento as conselheiras
119 releram a última ata nº 10/2024, a qual foi feita a sugestão para a caminhada. A conselheira
120 Munique informou que é necessário a presença daquelas que se responsabilizaram pela
121 sugestão do evento estarem presentes nas reuniões, para que as conselheiras consigam tratar
122 com mais critério dos assuntos pendentes. Finalizando a questão as conselheiras declararam
123 que para a realização do evento é necessário de certos andamentos como, a autorização da
124 DTT - Diretoria de Trânsito e Transporte entrar em contato com o Fórum e ter a certeza de
125 que ocorrerá o movimento, sendo através da movimentação das instituições. Com
126 pendências sobre o assunto optaram por deixar a atuação do mesmo em aberto. Solicitando
127 a fala, a conselheira Andrea Vieira da Silva (Secretaria Municipal de Saúde) questionou
128 sobre as ações a serem tomadas em relação ao levantamento dos dados da violência
129 realizado em 2024. Após debaterem sobre os dados e mapeamentos de violência contra
130 mulher, a conselheira Munique sugeriu o envio de um texto breve para a Comunicação da
131 Prefeitura de Criciúma, a fim de ficarem cientes dos fatos e obter a ajuda de elaboração dos
132 mesmos, após ter tomado tais atitudes, a ida do conselho até as comunidades no mês de
133 março. As conselheiras debateram sobre os diferentes tipos de violência, a importância de
134 evidenciar suas distinções para auxiliar na realização dos atos, na prestação de serviços
135 adequados a cada situação e a relevância de adquirir dados certos. A conselheira Rindalta
136 recomendou que seja feito um planejamento para o ano de 2025, após ter concordado com a
137 fala da conselheira, a Presidente orientou que nas próximas reuniões se faça a leitura da ata
138 anterior para lembrar dos assuntos tratados e concluí-los com mais clareza. Tendo
139 finalizado os pontos de pauta, a mesma agradeceu a participação das conselheiras e
140 finalizou a reunião. Sem mais nada a ser tratado, deu por encerrada a reunião, e eu, Isadora
141 Rabelo Celso, lavrei-a presente ata, que após lida e aprovada, será por todos os presentes
142 assinadas.

143 Mariela Renata Paseto (Gabinete do Prefeito);

144 Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria Municipal de Assistência Social);

145 Andrea Vieira da Silva (Secretaria Municipal de Saúde);

146 Cintia Goudinho (Procuradoria-geral do Município);

147 Samira Mafioletti Macarini Frizon (Delegacia da Mulher);

148 Munique do Nascimento (Representante de Órgão Público que disponha sobre a Promoção
149 de Igualdade Racial – COPIRC);



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

- 10
150 Andreia Teixeira Machado (Conselho Tutelar);
- 151 Jessica Soares Colere (Comissão Mulher da OAB);
- 152 Natalia Bessa (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma – GAPAC);
- 153 Rindalta Das Graças de Oliveira (União Brasileira das Mulheres – UBM);
- 154 Nádia de Souza Paz (Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma) - AFASC);
- 155 Lúcia Francisca Duarte de Farias (Representante de Entidades que Representem interesse
156 de Pessoa com Deficiência – JUDECRI);
- 157 Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI);
- 158 Monica Ovinski de Camargo Cortina (Núcleo de Estudo de Gênero das Universidades –
159 UNESC);
- 160 Dirce Costa Gonçalves (Representante do Movimento Negro Organizado que aborde
161 especificamente a temática de Gênero)